

Carlos Guardado da Silva

LISBOA MEDIEVAL
A organização e a estruturação do espaço urbano

Edições Colibri

Biblioteca Nacional – Catalogação na Publicação

SILVA, Carlos Guardado da, 1971-

Lisboa Medieval : a organização e a estruturação do espaço urbano / Carlos Guardado da Silva. – Lisboa : Colibri, 2008. – 346 p. ; 23 cm

ISBN 978-972- 772-752-0

CDU 94(469.411)”11/13”
711.4

Título: Lisboa Medieval

A organização e a estruturação do espaço urbano

Autor: Carlos Guardado da Silva

Edição: Edições Colibri

Capa: Ricardo Moita

Ilustração da capa: Perspectiva de Lisboa, de Jorge Bráunio (1593)

Depósito legal n.º 264 274/07

Lisboa, Março de 2008

à Sara

Que divide o seu sorriso
comigo e com o mundo!

ÍNDICE

Agradecimentos	7
Prefácio	9
Introdução	13
1. <i>Olisipo</i>	
1.1 Do sítio de <i>Olisipo</i> .	31
1.2 Em busca das origens do nome <i>Olisipo</i> ..	35
1.3 O estatuto de <i>municipium civium Romanorum</i> .	37
1.4 O urbanismo	42
2. <i>Lušbūna</i>	
2.1 A «região» de <i>Lušbūna</i>	55
2.2 O contexto urbano do <i>Gharb alAndalus</i>	59
2.3 A <i>Madīnat</i>	75
2.4 As élites árabes	99
2.5 Os moçárabes ..	101
3. Lisboa	
3.1 A conquista cristã de Lisboa	107
3.2 A diocese de Lisboa	117
3.3 O Foral e a organização da administração ..	130
3.4 A organização do espaço urbano	148
3.4.1 As muralhas	148
3.4.1.1 O Castelo	148
3.4.1.2 A Alcáçova	152
3.4.1.3 A Cerca Velha	158
3.4.1.4 A Muralha Dionisina	173
3.4.1.5 A Cerca Nova ou Fernandina	179
3.4.2 As freguesias da cidade	201
3.4.2.1 São Vicente [de Fora]	207
3.4.2.2 Nossa Senhora dos Mártires .	210
3.4.2.3 Santa Justa [e Santa Rufina]	213
3.4.2.4 Santa Maria da Sé	216
3.4.2.5 Santa Maria Madalena	230
3.4.2.6 Santa Cruz [da Alcáçova]	236
3.4.2.7 São Bartolomeu	243
3.4.2.8 São Martinho	245
3.4.2.9 São Jorge	247
3.4.2.10 São Pedro [de Alfama]	248

3.4.2.11 São Julião	249
3.4.2.12 Santa Marinha [do Outeiro]	252
3.4.2.13 São Lourenço [da Mouraria]	253
3.4.2.14 São Nicolau	254
3.4.2.15 Santo André ..	256
3.4.2.16 Santo Estêvão [de Alfama] .	257
3.4.2.17 São Miguel [de Alfama]	260
3.4.2.18 São Cristóvão	261
3.4.2.19 São Mamede .	262
3.4.2.20 São João [da Praça]	262
3.4.2.21 São Tomé	263
3.4.2.22 São Tiago	264
3.4.2.23 São Salvador	264
4. A população	267
5. A economia urbana	271
5.1 O comércio urbano	271
5.2 O comércio internacional ..	282
Conclusão	293
Anexos	299
Fontes e Bibliografia ..	319

AGRADECIMENTOS

O estudo que ora publicamos foi a nossa dissertação de Doutoramento em História Medieval, apresentada à Universidade de Lisboa em Janeiro de 2004 e defendida a 17 de Dezembro do mesmo ano.

Como qualquer dissertação, esta resulta de um trabalho colectivo defendido em nome individual e esconde o esforço intenso e quotidiano, assim como a presença constante e amiga de algumas pessoas que são seus autores, ainda que escondidos sob o véu do anonimato. A Amizade que nos uniu e une a estas pessoas exige que as citemos. Aqui cabem os naturais Agradecimentos a quem connosco partilhou dos pensamentos e reflexões que continuamente nos assalta(va)m, assim como as angústias e sofrimentos que página a página se acumulavam, na expectativa de completar este trabalho, não o estudo da cidade medieval, porque este nunca estará terminado.

Em primeiro lugar, dirigimos os nossos Agradecimentos a Pedro Gomes Barbosa, nosso orientador natural, na continuidade da dissertação de Mestrado e do estudo de Lisboa. A sua postura científica e a sua presença amiga foram fundamentais para o desenrolar do fio da história que aqui contamos.

Depois, um também especial Agradecimento a António Balcão Vicente, com quem nos orgulhamos de partilhar da *Escola* de que Pedro Gomes Barbosa é o grande mentor. Ao António, que a Amizade dispensa qualquer outro título, um sincero Obrigado pela sua enorme ajuda e apoio.

Mas os campos do conhecimento são áreas muito vastas e exigentes, reclamando saberes díspares e profícuos, que a nossa formação não encerra. Por isso, ao apoio destes se juntou a ajuda de outros. Uma palavra de gratidão devemos a Vasco Gil Mantas. A partir dos seus estudos e esclarecimentos, conhecemos a Lisboa romana.

Outro Agradecimento especial devemos também a José Augusto Ramos, nosso docente de hebraico clássico de outrora, mas com quem aprendemos continuamente. Com ele recuámos no tempo, em busca das origens do topónimo *Olisipo*.

Mas se o hebraico se mostra difícil, o árabe não o é menos. A António Dias Farinha devo estes ensinamentos, que nos foram revelando outra Lisboa, diferente das tantas Lisboas que encontramos.

A Aires Augusto Nascimento o nosso igual Obrigado. Cada encontro ocasional tornava-se naturalmente numa lição do Mestre que nos indicava o caminho das fontes, sobretudo narrativas, “estreitandonos” as barreiras que, por vezes, o Latim Medieval nos coloca, parecendo esconder a informação. De todos bebi igualmente da sua Amizade.

Aqui registo igualmente os incentivos, os apoios e as palavras amigas de Ana Maria Rodrigues, Hermínia Vasconcelos Vilar, Iria Gonçalves, Manuela Santos Silva, Maria José Azevedo Santos e Salete Salvado.

A elaboração dos mapas esconde igualmente o apoio silencioso, mas enorme, que registamos e agradecemos muito calorosamente ao Amigo Nelson Flores.

Um grande Obrigado aos colegas que comigo trabalham no Arquivo Municipal de Torres Vedras, nomeadamente às técnicas Sandra Rodrigues Silva e Cacilda Camarão, que comigo integram a equipa e nunca deixaram de

apoiar este projecto.

Um igual Obrigado também aos colegas de escavação da villa romana de Parreitas (Alcobaça), sob a direcção científica de Pedro Gomes Barbosa, que connosco partilharam alguns momentos na elaboração deste trabalho.

Aos funcionários do IAN/TT, um especial agradecimento, nomeadamente a Hélio Coimbra, José António Silva e Luís Silva, pelo empenho e dedicação que deram a este trabalho, procurando disponibilizarnos as fontes com a brevidade possível, mesmo quando o volume de trabalho era grande.

Realçamos, ainda, o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que contribuiu decisivamente para que este projecto se tornasse realidade através da concessão de uma Bolsa de Investigação, no âmbito do Programa Praxis XXI, nos anos lectivos de 1998/99 a 2001/2002.

À minha família, e muito especialmente à minha mãe, irmãos, sobrinhos e afilhados agradeço a compreensão e ajuda. Pois souberam desculpar o tempo e a atenção que lhes foi “negada”, “obrigandose” ao convívio com uma presença ausente. Uma última palavra devo igualmente à Sara, procurando justificar com este estudo sobre a cidade de Lisboa, aquilo que eu não fui.

A todos estes, bem como àqueles que de uma ou outra forma nos ajudaram na elaboração deste trabalho, com a sua presença, por vezes, silenciosa, mas não menos importante e Amiga, aqui expresso a Amizade e gratidão, que agora não agradeço, mas espero tão sómente poder retribuir.

Às Edições Colibri, e em particular a Fernando Mão de Ferro, pelo trabalho ímpar na divulgação da produção científica, nosso editor desde 2002, porque sempre acreditou no nosso trabalho e pela Amizade que nos une, um Muito Obrigado.

A todos vós deixo a Amizade, o carinho e o afecto, e dedico naturalmente este trabalho, que também é vosso.

Torres Vedras, 09 de Junho de 2007

PREFÁCIO

Lisboa abre-se ao Tejo e ao Mar, mas não esquece a Terra. Foi da conjunção destas três fontes que brotou a Cidade, a Lisboa de Iberos, Fenícios, Romanos, Visigodos, Muçulmanos, para novamente, e definitivamente, se entregar aos Homens da Cruz. Sem essas três fontes não se teriam ali instalado todos estes povos. As colinas teriam ficado cobertas de mato e floresta, talvez com alguns rebanhos pastando pachorrentamente, até aos lameiros das zonas baixas. Porto protegido, mas de margens convidativamente baixas, ao contrário das altivas arribas da “outra banda”, onde dificilmente os barcos podiam varar nas praias, e os homens descer até ao mar. Aqui se fixaram aqueles que iriam construir a cidade, desde um pequeno aglomerado no topo de uma das colinas, descendo para as águas e para os esteiros que formavam os ribeiros que iam desembocar nesse braço do Oceano que entrava terra dentro, até à capital de um pequeno País que partiu em busca do(s) Mundo(s).

É uma parte (talvez a mais importante, porque a mais decisiva) dessa aventura que nos conta o Doutor Carlos Guardado da Silva. Os seus primórdios, que não os seus princípios. Este texto que (finalmente) vê chegado o dia da sua publicação, é o resultado de uma Dissertação de Doutoramento que o Autor apresentou à Universidade de Lisboa, ponto de chegada provisório de uma investigação cuidada e séria, mas também fruto de uma paixão pela cidade onde um dia (é bom acreditarmos nisso) Ulisses aportou, e lhe deu nome... mesmo que tal não seja verdade.

O interesse do Doutor Carlos Guardado da Silva é a continuação lógica da sua dissertação de Mestrado, sobre o Mosteiro de S. Vicente de Fora, uma das instituições emblemáticas de Lisboa. Mas já nesse trabalho se notava a vontade do Autor em não se confinar, e conformar, com a simples análise de uma casa de Cónegos Regrantes. Antes, procurou sentir a cidade onde se estabelecera o cenóbio, em vez de fazer inumeráveis somas e estatísticas de vinhas, herdades, pomares, casas, tendas, hortas e almuíñas. Perceber o Mosteiro através da Cidade, para depois, em trabalho de maior fôlego, mergulhar na urbe, com as suas ruas e casas, as suas Ribeiras e, sobretudo, as suas gentes. Porque a Cidade é primeiramente, como entendeu Carlos Guardado da Silva, um colectivo de gentes, e a sua forma de se apropriar do espaço. As gentes fazem a cidade, embora também, e ao longo dos anos, sejam por ela moldados. As ruas que obrigam (ou não) a conviver. A busca de lugares para instalar comércios e mesteres. As vias com que comunicava com os outros espaços, por onde lhe chegavam notícias, coisas e pessoas, mas também o meio de se fazer conhecer. E também a luz que molda(va) o espaço, e o mar ali tão perto.

O Autor inicia o seu trabalho pela Lisboa romana, em busca da malha urbana que vai marcar a evolução de parte do seu espaço. Mas também se interroga sobre as origens do nome de Olisipo, porque o nome (quantas vezes) esconde o começo. Procura ruas e vias, os limites da *urbs*, os seus

sistemas de abastecimento de água, mas também aqueles que os “antigos” consideravam sempre presentes: os mortos e as suas cidades, afastadas mas próximas, ao mesmo tempo.

Detém-se mais ainda na Lisboa muçulmana. Aqui mostra bem o seu interesse por aquelas gentes que durante quatrocentos anos marcaram o espírito da cidade, alterando-lhe, mas pouco, o seu rosto. Facilita esse trabalho o seu conhecimento do árabe falado e escrito. Procura os seus habitantes. Não só os mouros, mas também os cristãos, moçárabes, que fizeram em grande medida a prosperidade olisiponense. O percurso pela cidade muçulmana é sugestivo, atractivo, mas sempre com o rigor de uma profunda investigação.

Chega, finalmente, à Lisboa cristã, conquistada por aqueles homens que partiam rumo à Terra Santa, num desejo de libertarem o túmulo do Salvador, espadeirar infiéis e, já agora, conseguir alguns proventos, que uma expedição é cara de se montar. Homens que paravam nestas terras lusitanas, talvez instigados por S. Bernardo.

Assistimos à conquista e à posterior entrega de Lisboa ao nosso primeiro rei (que o ainda não era).

Este é o ponto de partida para uma tentativa bem conseguida de reconstituir a malha urbana da Lisboa cristã, e vê-la evoluir ao longo da Idade Média, reforçando aquelas áreas que extravasavam já as apertadas muralhas primitivas, a chamada “cerca moura”, até ficarem, por sua vez, presas pela muralha que D. Fernando mandou construir para se proteger das consequências da sua desastrosa aventura castelhana.

O Autor conduz-nos, de seguida, pelo labirinto das várias freguesias da cidade. Quase rua a rua, num trabalho que nunca é demais referir, de reconstituição topográfica do espaço urbano. Mas sem nunca esquecer o Homem.

Questiona a organização administrativa e económica de Lisboa. O seu comércio interno, mas sobretudo as vias das trocas internacionais. Vemos, embora esse não fosse o objectivo do trabalho, a cintura verde que abraçava a cidade, e onde ela ia procurar muito daquilo de que se alimentava.

Em conclusão:

Estamos perante uma obra de grande fôlego, bem documentada, utilizando criteriosamente a grande quantidade de documentação trabalhada, mas onde se sente o conhecimento que Carlos Guardado da Silva tem da própria cidade física e concreta, e não longínqua e documental. Escrita agradável, leitura fácil. Mas sem facilidades.

Resta aqui dizer que ao escrever estas palavras relembro os anos de construção da tese de doutoramento que tive o gosto de dirigir, e as muitas discussões que fomos tendo sobre as mais variadas perspectivas da Lisboa medieval. Orientação estimulante de um orientando sempre à procura de mais.

Esperemos outros estudos sobre Lisboa. Assim permita o seu excelente trabalho à frente do Arquivo Municipal de Torres Vedras.

Lisboa, 2007-11-05

Pedro Gomes Barbosa

INTRODUÇÃO

O estudo que apresentámos como dissertação de Mestrado, em 1998, sobre o Mosteiro de São Vicente de Fora pretendia trazer, dissemos então, «mais um contributo para um melhor conhecimento da cidade de Lisboa e do seu termo»¹. Mas aquele era um estudo que tinha por centro a instituição e o seu património rural, não permitindo qualquer protagonismo à cidade.

Já nessa altura sentíamos a necessidade de estudos de outro âmbito sobre Lisboa, tão perto de São Vicente, mas ao mesmo tempo tão arredada do nosso trabalho de então, que por vezes mais preocupados com a árvore, não conseguíamos ver a floresta.

Deixámos a promessa de desenvolver um estudo, que ora apresentamos, mas igualmente longe do entendimento da cidade. Pois este é apenas uma perspectiva, delimitada pela própria escolha dos assuntos tratados, bem como na forma como os desenvolvemos e os marcos cronológicos que lhe impusemos. É a perspectiva do senhor e das instituições, uma vez que as fontes são de origem senhorial. E é igualmente a perspectiva do observador.

Esta não é, todavia, a História de Lisboa Medieval, uma obra há muito esperada das mãos de António Henrique de Oliveira Marques², a quem o volume de trabalho não permitiu o cumprimento desse objectivo, assim como, mais recentemente, a ausência de saúde que o acompanhou até à sua partida. Mas também não procura sê-lo. Este estudo encerra certamente muitas imperfeições que escaparam ao seu autor. É simplesmente o trabalho do aprendiz que ora se expõe sob o olhar do Mestre. A António Henrique de Oliveira Marques registamos aqui a nossa homenagem.

Começámos os nossos estudos pelo campo, mas para o entender é necessário conhecer a cidade. Na senda de Iria Gonçalves, «assim me vi a aproximarme dela (Lisboa), a entreabrir, um tanto a medo, algumas das suas portas, a lançar um olhar para o seu interior. A devassar um ou outro dos seus recantos. A vislumbrar alguns aspectos da sua vida multifacetada e colorida. E a ficar fascinada. E a entrar, esquecido o medo»³.

¹ Carlos Guardado da Silva, *O Mosteiro de S. Vicente de Fora. A comunidade regrante e o património rural (séculos XIII-XIV)*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, p. 182.

² Lembremos a seguinte passagem: «A.H. DE OLIVEIRA MARQUES tem em preparação uma grande história de Lisboa no período medieval...». Cf. António Henrique de Oliveira Marques, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, 3.^a edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1988, p. 73.

Todavia, já anunciada desde Maio de 1974, numa Conferência proferida em Colónia (Alemanha), com a colaboração de Maria Teresa Campos Rodrigues. Cf. António Henrique de Oliveira Marques, «A persistência do elemento muçulmano na História de Portugal após a “Reconquista”: o exemplo da cidade de Lisboa», *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988, p. 96.

³ Iria Gonçalves, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia Historica, 1996, p. 7.

E uma vez dentro da cidade, optámos por procurar entender a organização e a estruturação do espaço, conscientes, porém, que num tempo longo, os actores foram mudando, bem como os contextos de actuação. Uma análise do espaço urbano que não se pode resumir aos aspectos geográficos. Pois os factores económicos, políticos e religiosos foram determinantes na sua organização, se não condicionantes.

No início do nosso estudo procurámos conhecer Lisboa durante a primeira dinastia. Um tempo longo, ao nível das estruturas, mas talvez o melhor para conseguirmos a percepção da evolução, certos de que um tempo mais curto, ainda que permitisse uma análise mais profícua, não nos permitiria compreender o desenvolvimento da cidade. Tínhamos como marcos cronológicos 1147, a data da conquista cristã, e 1383, a morte de D. Fernando, momento em que Lisboa assiste a um conjunto de convulsões. Duas datas que facilmente se justificam do ponto de vista da cidade.

Mas o estudo do espaço urbano implicava a apreensão de realidades pré-existentes, que acabariam por condicionar a estruturação e a organização do espaço urbano. Interessava igualmente estudar, ainda que menos aprofundadamente, os vestígios deixados pelas civilizações romana e islâmica, sobretudo no urbanismo.

Muitos têm sido os estudos dedicados a Lisboa, porém, em menor quantidade no que se refere ao período medieval. A espera da História Medieval de Lisboa justifica, assim como a dificuldade de estudar a maior cidade do reino, a cidade capital, onde a história local se cruza e “confunde” com a história nacional.

Muitos foram os olisipógrafos que, apaixonados por Lisboa, nos legaram importantes estudos. Lembremos apenas alguns, em nome de todos: Júlio de Castilho, Gomes de Brito, Eduardo Freire de Oliveira, Tinop, Gustavo de Matos Sequeira, Augusto Vieira da Silva, Luís Pastor de Macedo, Manuel Vaz Ferreira de Andrade, José Maria Cordeiro de Sousa, Luís Chaves, Francisco Cândia e Norberto de Araújo⁴. A estes juntar-se-ia Marcelo Caetano⁵, cujo trabalho foi continuado por Maria Teresa Campos Rodrigues⁶.

Mais recentemente, e no que diz respeito à Idade Média, Gérard Pradalié⁷, António Henrique de Oliveira Marques⁸, Iria Gonçalves⁹, António

⁴ A este propósito vejase Fernando Castelo Branco, *Breve história da Olisipografia*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1980.

⁵ Marcelo Caetano, *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1.ª dinastia (1179/1383)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

⁶ Maria Teresa Campos Rodrigues, *Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no século XV, sep. da Revista Municipal*, n.ºs 101109, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1968.

⁷ Gérard Pradalié, *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, Palas Editores, 1975.

⁸ António Henrique de Oliveira Marques, *Novos Ensaio de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

⁹ Iria Gonçalves, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia Historica, 1996.

Borges Coelho¹⁰ e Pedro Gomes Barbosa¹¹. A estes juntaram-se Maria Filomena Barros¹², Maria Filomena Andrade¹³, Carlos Guardado da Silva¹⁴, Miguel Gomes Martins¹⁵, Joaquim Serra¹⁶ e Mário Sérgio Farelo¹⁷.

E não podemos deixar de mencionar, igualmente, a edição do texto do Cruzado Inglês por Aires Augusto Nascimento¹⁸, com uma introdução de Maria João Violante Branco, bem como a edição facsimilada, paleográfica e crítica, com anotações, da *Chronica da fundação do Moesteiro de São Vicente de Lixboa pello Inuictissimo e Christianissimo Dom Afonso Henrriquez, I. Rei de Portugal: e como tomou a dita cidade aos Mouros*, por Fernando da Fonseca¹⁹. Textos estes que se somam ao estudo e edição da *Chronica da Tomada desta cidade de Lisboa aos mouros e da fundação deste Moesteiro de Sam Vicente*, por Joaquim Mendes²⁰.

Estudos sobre múltiplos aspectos e diversas abordagens, de enorme interesse para a história de Lisboa medievá. Todavia, continua a faltar um estudo profundo e mais abrangente, globalizante, que entenda a cidade como a sua protagonista. Um estudo que, todavia, não se esgota nestas páginas.

A documentação para o estudo da cidade de Lisboa na Idade Média é numerosa, quando comparamos o seu volume com o de outras cidades e vilas portuguesas. Compulsámos mais de dois mil documentos avulsos para o estudo da cidade e das gentes compreendidas no perímetro das muralhas fernandinas, conscientes de que se a Cerca Nova nos ajudava na delimitação

¹⁰ António Borges Coelho, *O Tempo e os Homens. Questionar a História – III*, Lisboa, Caminho, 1996.

¹¹ Pedro Gomes Barbosa, Lisboa. *O Tejo, a Terra e o Mar (e outros estudos)*, Lisboa, Edições Colibri, 1995.

¹² Maria Filomena Barros, *A Comuna Muçulmana de Lisboa. Sécs. XIV e XV*, Lisboa, Hugin, 1998.

¹³ Maria Filomena Andrade, *O Mosteiro de Chelas. Uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e gestão*, Cascais, Patrimonia Historica, 1996.

¹⁴ Carlos Guardado da Silva, *O Mosteiro de S. Vicente de Fora. A comunidade regante e o património rural (séculos XIX-XIII)*, Lisboa, Edições Colibri, 2002.

¹⁵ Miguel Gomes Martins, *Lisboa e a guerra (1367/1411)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

¹⁶ Joaquim Bastos Serra, *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama nos finais da Idade Média: Os homens e a gestão da riqueza patrimonial*, Cascais, Patrimonia Historica, 2003.

¹⁷ Mário Sérgio Farelo, *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos (1277/1377)*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 2003.

¹⁸ Aires Augusto Nascimento, ed. trad. e notas, Maria João Branco, int., *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*, Lisboa, Vega, 2001.

¹⁹ Fernando Venâncio Peixoto da Fonseca, *Crónica da Tomada de Lisboa*, Lisboa, imp. Tipografia da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, 1995.

²⁰ Joaquim Mendes, estudo e edição, *da Chronica da Tomada desta cidade de Lisboa aos mouros e da fundação deste Moesteiro de Sam Vicente*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 1991.

do espaço, certo é que só por si não o justificava.

Uma vez compulsados, os documentos foram objecto de processamento informático tendo alcançado mais de dez mil registos, distribuídos por três bases de dados. Na primeira, registámos a maior parte dos elementos contidos nos diversos documentos. A segunda permitia o registo das Inquirições. A terceira, que denominámos, com alguma imprecisão, de *base de famílias*, permitia o registo dos indivíduos, cada vez que apareciam, independentemente do papel desempenhado em cada diploma. Esta permitir-nos-á, mais tarde, traçar um quadro, ainda que pouco aproximado, das famílias da Lisboa medieva, entre 1147 e 1383, com referência aos ofícios que exerciam, cargos que ocupavam, espaços que habitavam, assim como as ligações que mantinham aos poderes cívicos.

Na sua maioria, são documentos senhoriais, laicos ou religiosos, pertencentes às Chancelarias Régias ou aos cartórios das diversas instituições religiosas da cidade de Lisboa, hoje depositados sobretudo no Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo.

O Plano traçado inicialmente foise desviando à medida que avançávamos por Lisboa, assim como se foram encurtando os pontos de análise. Lisboa permitia, e reclamaria talvez, uma investigação de equipa para o estudo da cidade no período medieval. É nosso desejo que outros trabalhos apareçam, confrontando com este que agora apresentamos, corrigindo, completando e complementando.

O estudo das cidades e vilas medievais em Portugal também não é novo. Muitos desses estudos tiveram origem ou saíram do Mestrado em História Medieval da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, sobretudo sob o impulso de António Henrique de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade.

Disso são exemplos os trabalhos sobre Abrantes²¹, Alenquer²², Aveiro²³,

²¹ Hermínia Vasconcelos Vilar, *Abrantes medieval. Séculos XIV e XV*, Abrantes, Câmara Municipal de Abrantes, 1988.

²² João Pedro Ferro, *Alenquer Medieval (séculos XIII e XIV). Subsídios para o seu estudo*, Cascais, Patrimonia Historica, 1996.

²³ Maria João Violante Branco Marques da Silva, *Aveiro Medieval*, 2.^a edição, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1997.

Guarda²⁴, Guimarães²⁵, Óbidos²⁶, Ponte de Lima²⁷, Tomar²⁸, Torres Vedras²⁹, Setúbal³⁰, Silves³¹ e Sintra³². A estes juntam-se os trabalhos de Santarém³³ e Évora³⁴, estes, porém, com recurso a uma metodologia diferente.

O período muçulmano impõe-se como demasiado longo, não nos sendo possível detectar, por vezes, as alterações menos perceptíveis, que foram ocorrendo conjuntamente. Todavia, a análise da longa duração, entre 714 e 1147, durante cerca de 433 anos, deixou a marca de uma civilização muito diferente da cristã, por vezes opositora, mas com quem nunca deixou de dialogar.

É-nos difícil definir a cidade medieval, assim como procurar fazer uma lista das cidades portuguesas (e/ou europeias) da Idade Média. Nos documentos que compulsámos são usadas as palavras «cidade» e «vila» para Lisboa, sem qualquer outro critério que o da sinonímia dos conceitos no período medieval. Esta situação confirma, o que já havia atestado Jacques Le Goff, não ter qualquer interesse a definição de cidade proposta por Erich Keyser e Carl Haase: «é cidade o que chama a si mesmo de cidade de

²⁴ Rita Costa Gomes, *A Guarda medieval. Posição, morfologia e sociedade (1200/1500)*, Lisboa, Cadernos da Revista de História Económica e Social, 910 – Livraria Sá da Costa Editora, 1987.

²⁵ Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376/1520)*, Guimarães, 1989.

²⁶ Manuela Santos Silva, *Óbidos Medieval. Estruturas urbanas e administração concelhia*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, texto policopiado, 1987 (pub. Patrimónia Histórica); Idem, *A região de Óbidos na época medieval. Estudos*, Caldas da Rainha, Património Histórico – Grupo de Estudos, 1994; Idem, *Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média*, 2 vols., dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Doutor em História, Lisboa, texto policopiado, 1996.

²⁷ Amélia Aguiar Andrade, *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

²⁸ Manuel Silvio Alves Conde, *Tomar medieval. O espaço e os homens*, Cascais, Patrimónia Histórica, 1996.

²⁹ Ana Maria Rodrigues, *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras Medieval*, Cascais, Patrimónia Histórica, 1996; Idem, *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

³⁰ Paulo Drumond Braga, *Setúbal Medieval (séculos XIII a XV)*, apresentação de António Henrique de Oliveira Marques, Setúbal, Câmara Municipal de Setúbal, 1998.

³¹ Maria de Fátima Botão, *Silves. A capital de um reino medieval*, Silves, Câmara Municipal de Silves, 1992.

³² Sérgio Luís Carvalho, *A vila de Sintra nos séculos XIV e XV*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1988.

³³ Maria Ângela Rocha Beirante, *Santarém medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1980.

³⁴ Idem, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

maneira oficial»³⁵.

A palavra «vila», no português antigo, parece designar no séculos XIII e XIV tanto as cidades como as aldeias, sendo difícil estabelecer uma distinção. E sendo importante o critério da muralha, esta é, todavia, insuficiente. Pois existem aldeias e vilas fortificadas, bem como cidades sem muralhas.

O número de habitantes, hoje o critério mais empregado, não satisfaz, não se podendo aplicar à Idade Média, para o qual período não dispomos de meios de avaliação satisfatória do quantitativo populacional. Mais discutível, ainda, parece ser o critério jurídico, uma vez que os privilégios concedidos às cidades são idênticos aos de determinadas vilas.

No que diz respeito ao critério económico, tornase ainda mais difícil a definição de cidade. O mercado ou a feira, não são apenas um fenómeno da cidade, apesar de a caracterizar. Estes também não esgotam a sua natureza, não conseguindo só, *per se*, explicar o fenómeno urbano. Por outro lado, parece certo que a função económica está na origem do grande movimento urbano medieval, de certa forma destruidor do sistema socioeconómico baseado na terra, ainda que dele dependente.

Na senda de Jacques Le Goff, parece ser a noção de sector terciário, um conceito moderno, ainda que difuso quando aplicado à Idade Média, o critério que melhor explica a definição de cidade.

O número de paróquias poderia ser igualmente um critério para a sua definição. Todavia, as lacunas da documentação são notórias, o que não nos impede, porém, de notar um notável crescimento das paróquias da cidade de Lisboa, na segunda metade do século XII e começos do XIII, seguindo o movimento europeu, enquanto período da elevação máxima do número de paróquias urbanas. A estruturação da rede paroquial urbana medieval de Lisboa encontravase terminada nas primeiras décadas do século XIII, tendo de esperar até meados do século XVI para assistir à criação de nova freguesia.

Depois da fundação das muitas igrejas e mosteiros em Lisboa, surgiram as Ordens Mendicantes, procurando responder à inadaptação das estruturas e práticas da Igreja às condições de um mundo submetido à aceleração da história – o mundo urbano. No combate contra a heresia ou a riqueza e a luxúria, dirigiramse à cidade rompendo com a tradição monástica que preconizava a solidão, edificando os seus conventos. Um mundo novo abriase às preocupações destas novas Ordens reformistas, que as separava um pouco dos movimentos cenobíticos tradicionais, apesar dos Regrantes parecerem antecipálas. Um terreno diferente de actuação, que explica a fundação das diferentes Ordens:

«Bernardus valles, montes Benedictus amabat,
Oppida Franciscus, celebres Dominicus urbes.»³⁶.

A utilidade ditava a necessidade da sua presença.

³⁵ Apud, Jacques Le Goff, *O apogeu da cidade medieval*, São Paulo, Martins Fontes, 1992, p. 42.

³⁶ «Bernardo amava os vales, Bento as montanhas, / Francisco os burgos, Domingos as cidades populosas». Jacques Le Goff, *O apogeu da cidade medieval*, São Paulo, Martins Fontes, 1992, p. 48.

Para além da procura de definir o conceito da cidade medieval, importa, ainda, lembrar as diferentes teses acerca da sua origem. Henri Pirenne privilegiou o papel do comércio, enquanto Charles Verlinden chamou a atenção para o papel determinante do artesanato para o desenvolvimento urbano. Certo é que, quer o comércio, quer o artesanato, se apresentam inseparáveis.

Todavia, não é menos verdade que o crescimento das actividades comercial e artesanal, que fazem a cidade medieva activa, não são alheios ao desenvolvimento da economia rural, criadora de excedentes, bem como ao êxodo dos camponeses para a cidade, fomentando uma massa de mão de obra disponível para o desenvolvimento das actividades dos sectores secundário e terciário.

Sendo constatações evidentes, quer Henri Pirenne, quer Charles Verlinden, procuraram o elemento predominante. Mais recentemente, Roberto Lopez defendeu a simbiose do artesanatocomércio, enquanto modelo basilar da construção do mundo urbano medieval: «No entanto, o comércio e a indústria estavam intimamente ligados. A maioria dos artesãos era constituída por comerciantes de tempo parcial, na medida em que vendiam diretamente uma parte da sua produção ao público. Um trabalho de alta qualidade com materiais de valor, a produção rápida de objetos mais simples ou mesmo factores externos, como uma loja bem abastecida numa cidade sitiada, uma quantia de dinheiro emprestada a colegas em dificuldade ou ainda um casamento com uma mulher abastada podiam transformar um artesão num empresáriomercador, que não se fatigava com suas mãos, mas vendia o produto de outras mãos. Inversamente, a maioria dos mercadores não praticava apenas o comércio de gêneros alimentícios nãoelaborados e de matériasprimas brutas, mas também o de bens manufacturados. Um mercador cujo negócio dependia largamente dos produtos de um determinado artesanato podia ser levado a investir neste último uma parte considerável de seu capital e de seu trabalho e a tornarse um empresárioartesão de tempo parcial ou mesmo de tempo integral»³⁷.

Na verdade, todas as cidades produziam ou vendiam bens para o consumo urbano ou rural, mas a sua importância económica é relativa, dependendo da produção artesanal e da actividade comercial que naturalmente variam de cidade para cidade. Os produtos do grande comércio são os grãos, o vinho, o sal, os couros e as peles, os tecidos, os minerais e os metais e, secundariamente, a madeira.

Os grãos, os couros e as peles são encontrados no comércio de quase todas as cidades. O foral de Lisboa é o melhor testemunho da presença destes produtos em quase todas as grandes cidades, que dispõem de uma população numerosa para alimentar, com uma dependência externa permanente de «pão». Ao mesmo tempo, e desde cedo, Lisboa afirmavase enquanto porto comercialmente activo, sobretudo na exportação de vinho.

O tecido é, se exceptuarmos a construção, o objecto típico do grande artesanato e do grande comércio medieval. As cidades da Flandres distinguiramse bem cedo neste sector, mas a sua principal fonte de rendimentos não residia na produção e exportação de tecidos de luxo, como pensava Henri Pirenne. Recentemente, David Nicholas constatou que só em

³⁷ Apud, Jacques Le GOFF, *O apogeu da cidade medieval*, São Paulo, Martins Fontes, 1992, p. 63.

meados do século XIII as grandes cidades flamengas começaram a fabricar tecidos mais lisos e finos e, sobretudo, que não se dedicavam exclusivamente à produção de tecidos de luxo.

Ao lado do papel de produtora e vendedora de produtos urbanos, a cidade é também, do ponto de vista económico, um centro de consumo, em função da densidade do seu povoamento e do número de nãoprodutores entre os seus habitantes. Uma característica importante a ter em conta, talvez mais visível nos mercados urbanos quotidianos, mais próximos da realidade da vida diária e profunda da cidade, do que nas feiras, mais viradas para o grande comércio.

Este aspecto da cidade, enquanto centro de consumo, coloca em evidência o papel de dependência do mundo urbano face ao espaço rural envolvente, afirmando a impossibilidade de estudar cada um dos elementos do binómio campocidade, *per se*. Na verdade, ao invés de se oporem, são realidades que se complementam, e que fazem de ambos igualmente centros de produção e de consumo.

A seu tempo, Sombart procurou definir a cidade enquanto centro de consumo: «É cidade, do ponto de vista económico, qualquer aglomeração de homens que dependem, para sua subsistência, dos produtos da agricultura exterior»³⁸.

J. A. Van Houtte, no estudo que efectuou do mercado de Bruges, concluiu que não foi essencialmente o carácter internacional, pelo qual tomaram a cidade muito tempo, que fez do seu mercado um grande mercado. Pois, as relações económicas internacionais podiam ter prescindido da sua função de mercado intermediário. Uma situação que parece verificar-se em Lisboa, que se afirma como um grande mercado nacional, senão o maior, independentemente das relações “tímidas” internacionais que mantém ao longo dos séculos XII a XIV com o norte da Europa, através do Atlântico, bem como com o Mediterrâneo, a partir das primeiras décadas do século XIV.

Em Lisboa, é sobretudo durante o século XIV que se afirma o papel de intermediário do seu porto e se afirma enquanto mercado internacional. Todavia, tal como em Bruges, não foram as relações económicas internacionais que fizeram de Lisboa uma grande cidade e, conseqüentemente, a capital do reino. Esta deveuse a um acto político.

O grande movimento de urbanização atinge o seu auge na Europa, entre meados do século XII e as primeiras décadas do século XIV. As actividades económicas, que têm por centro as cidades, atingem então o seu maior desenvolvimento.

Aqui se instala uma “nova” sociedade – urbana – ainda com uma forte presença da nobreza, *que participa do movimento urbano mais do que se tem afirmado*³⁹, num equilíbrio com a burguesia, o clero secular e regular e os grupos que fornecem a grande massa de trabalhadores à cidade. Entre estes, uma parte ocupase dos ofícios e dos “serviços”, outra parte, trabalha os campos em redor do centro urbano, cuja produção alimenta a cidade.

Entre cerca de 1150 e 1300, as cidades cresceram em área e em população. Uma revolução quantitativa a que Sidney R. Packard chamou de

³⁸ Apud, Jacques Le GOFF, *O apogeu da cidade medieval*, São Paulo, Martins Fontes, 1992, p. 74.

³⁹ Jacques Le GOFF, *O apogeu da cidade medieval*, São Paulo, Martins Fontes, 1992, p. 1.

«revolução urbana do século XII».

Para uma sociedade marcadamente qualitativa, tornase difícil apresentar números. Sem a sensibilização do número, temos de procurar as avaliações indirectas, estimando o crescimento das superfícies urbanas através do perímetro das muralhas, o aparecimento de subúrbios, a multiplicação de paróquias, conventos e casas, entre outros elementos que nos permitem concluir acerca do crescimento da cidade. Na ausência de números absolutos, estes são, naturalmente, indícios.

As cidades encontramse, por vezes, separadas fisicamente do exterior não-urbano por uma muralha, o que não aconteceu com Lisboa que, já em 1147, possuía três bairros no exterior da Cerca Moura, tendo crescido nos séculos seguintes extramuros, razão que explica a necessidade da construção das muralhas dionisina (1295) e fernandina (1373/1375).

Se é certo que não podemos obter com rigor o crescimento da população urbana, podemos calcular, de maneira aproximada, o quantitativo populacional, nos inícios do século XIV, para as cidades mais importantes. Tal é possível para Lisboa, apesar de possuímos alguns números fornecidos pelos relatos do século XII, os quais não poderemos, todavia, aceitar sem reservas.

Em meados do século XII, Lisboa tinha uma superfície amuralhada com cerca de 16 hectares⁴⁰. No início do último quartel do século XIV, uma nova muralha elevava essa superfície para cerca de 104 hectares⁴¹, isto é, 6.5 vezes superior à área da cidade islâmica. Uma proporção que parece estar longe da realidade, dada a existência de três extensos arrabaldes no exterior da Cerca Velha de Lisboa, já em 1147, aquando da conquista cristã da cidade. Mesmo a muralha romana, construída no século IV, já não albergava no seu interior todos os edificios públicos da *urbs*. Multiplicaramse, igualmente, as freguesias e o número de mercadores...

Cidades novas, ou com nova fundação, surgem no espaço europeu. Lisboa, é (re)fundada, em 1147, sob o signo da Cristandade. Estatuto este adquirido em período romano e, que manteve sob domínio islâmico, tal como o seu nome antigo se perpetuou, também ele um dos símbolos da sua identidade.

No século XIII, multiplicamse os nomes próprios na cidade, bem como os nomes de famílias e nomes de ruas. Estudandose os patronímicos urbanos, dos quais um número considerável é constituído pelo nome do lugar de origem, de um modo geral recentes, podese esboçar a história do povoamento da cidade e dos movimentos de imigração. De facto, a distância entre o lugar de origem e a cidade depende da importância desta e da capacidade de atracção que tem.

É certo que no caso de Lisboa, se trata de um porto e de uma cidade com uma actividade comercial em pujança, ligada sobretudo à exportação de vinho.

Em suma, Lisboa é uma cidade com laços à “terra”, com uma população cuja origem é também ainda rural. A cidade é povoada em grande parte por camponeses recém-urbanizados. No fundo, também aqui se atesta o carácter

⁴⁰ Augusto Vieira da Silva, *A Cerca Moura de Lisboa. Estudo histórico descritivo*, 3.^a edição, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 58.

⁴¹ Idem, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, vol. I, 2.^a edição, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 17.

semirural da cidade medieval, algo em que têm insistido os historiadores do espaço urbano medievo. Os campos penetram nas cidades, primeiro com os homens, depois com os produtos da terra.

A muralha não definia, como já referimos, o estatuto do lugar, pelo que nem todas as cidades eram muradas. De igual modo, algumas aldeias foram fortificadas. Todavia, as muralhas marcaram a realidade física e o imaginário das cidades medievais. A muralha separava o espaço urbano do nãourbano, “opunha” a cidade ao campo, distinguíndoa, ao mesmo tempo que forjava a consciência urbana.

A unidade da cidade provinha, muitas vezes, da multiplicidade dos núcleos: igrejas, adros, praças, o porto, entre outros. Em Lisboa, mantendose separada fisicamente a cidade senhorial da cidade episcopal, justapõemse de certa forma, dada a localização do Paço Episcopal no interior da Alcáçova. Todavia, a cidade episcopal confundese sobremaneira com um “novo” espaço nascido do artesanato e do comércio, no interior da cerca antiga.

Lisboa é, no fundo, uma «cidade reunida», na expressão de Yves Barel ou uma «cidade unificada», como prefere Jacques Le Goff⁴². Uma cidade múltipla, cada qual no interior da sua muralhas, ou sobrepondose no interior da mesma muralha que, reunida no século X, viria a separarse ao longo dos séculos XI a XIV, para voltar a reunir-se, em 1373/75, com a Cerca Nova.

A consciência da identidade da cidade como uma unidade adquirese rapidamente, não exigindo a evocação dos seus constituintes. Assim se explica que os documentos evoquem apenas o nome «Lisboa», ou a expressão «cidade de Lisboa», como um todo, distinguíndoa do termo.

Na sua origem, estão certamente motivos militares⁴³. Tal sucedeu para Lisboa no período romano, bem como no século X, ou ainda, com a muralha de Trezentos, elemento de defesa face às ofensivas castelhanas. No entanto, o elemento militar e político, bem como o funcional e o simbólico, não deixam de estar estreitamente ligados.

A edificação das muralhas incidia igualmente sobre as finanças urbanas. A sua guarda e manutenção, bem como das portas, cabia aos cidadãos da cidade, que procuravam, por vezes, escaparse dessas funções e do serviço militar.

As muralhas definem igualmente um espaço de exclusão, o do mundo rural e, por vezes, de inclusão, no acolhimento dos habitantes desse mundo, em caso de guerra. Deste modo, ao invés de um espaço de exclusão, o interior das muralhas é um espaço de refúgio para os habitantes do espaço rural, lembrando a imagem da cidade bíblica que o Antigo Testamento lega à cidade medieval. Por isso mesmo, os camponeses também participam na conservação, protecção e vigilância das muralhas urbanas.

Mas as muralhas acabariam por ter pouca utilidade, do ponto de vista militar, sobretudo a Cerca Nova, já que as dificuldades de transpor a Cerca Velha parecem, só por si, explicar a sua função. De facto, as muralhas deixaram gradualmente de ter o «papel fundamental que até aí tinham

⁴² Jacques Le GOFF, *O apogeu da cidade medieval*, São Paulo, Martins Fontes, 1992, p. 16.

⁴³ Miguel Gomes Martins, *Lisboa e a Guerra (1367/1411)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, p. 81 e ss.

demonstrado como principal garante da segurança da cidade»⁴⁴. Se é certo que a historiografia tradicional tem procurado privilegiar os períodos de guerra, não é menos verdade que os períodos de paz terão prevalecido sobre os momentos de conflito.

No entanto, a ameaça dos vikings ou dos reinos cristãos do norte, até 1147, e a sul, por parte das populações do Andalus, até pelo menos 1217, aquando da conquista de Alcácer do Sal, assim como as guerras fernandinas, não deixaram de assolar a cidade de Lisboa.

Nas muralhas se desenhavam as portas, elementos privilegiados das cidades medievais, tanto do ponto de vista funcional quanto simbólico. Eram as portas que permitiam o contacto entre o exterior e o interior. Por elas entravam os homens e as bestas carregados com os produtos da terra; nelas atravessavam os mercadores, os camponeses e os militares. Por elas saíam os homens e os produtos da cidade. Por elas circulavam, em última instância, os intelectuais, os religiosos e as ideias. Por isso mesmo importava defender as portas.

Dependendo da importância da cidade, assim como da estrutura das relações com o exterior, o número das portas é menor ou maior. A cidade de Lisboa possuía diversas portas. Mas nem todas tinham a mesma importância.

Perto das portas, instalavam-se os mercados e os albergues e, no começo do século XIII, alguns conventos de ordens mendicantes. No início no exterior, depois no interior.

As portas ligavam a cidade ao exterior próximo e longínquo. Nelas desembocavam e delas partiam os caminhos que ligavam a cidade ao reino e aos outros reinos. Tal acontecia com Lisboa. Mas aqui, também o rio Tejo era uma “estrada”, transportadora de homens, mercadorias e ideias de e para a cidade.

O rio também fez a cidade e construiu o seu imaginário. As pontes – empresas onerosas dos tempos medievais – abriam e permitiam novos percursos. Pontes de madeira ou de pedra eram igualmente símbolos que faziam a cidade, para além do castelo, da Sé, das igrejas e mosteiros, das muralhas e portas, antes mesmo dos palácios.

As vias públicas ou estradas públicas multiplicavam-se para além dos caminhos, à medida que partiam da cidade, num movimento difusor, em direcção às paróquias rurais ou a outros centros urbanos, aos concelhos vizinhos. Estas grandes vias eram, naturalmente, secundadas por uma teia de caminhos que serviam as terras agrícolas, permitindo a penetração da cidade nos campos, dominando-os. Paralelamente, e pelos mesmos eixos, a ruralidade penetrava em Lisboa.

A forma da cidade, dependia, claramente, de diversos factores. Em primeiro lugar, dependia do sítio geográfico. Lisboa procurou uma colina (ou sete!), para se proteger das inundações do rio Tejo, ao mesmo tempo que se defendia dos agressores e invasores.

Mas também no monte se localizava a cidade imaginária dos textos bíblicos. Como lembra o versículo de São Mateus, «uma cidade edificada sobre um monte não se pode esconder»⁴⁵. E Lisboa, alcandorada no monte do castelo, estendia o vestido sobre a colina, tocando as bainhas nas ondas do rio, mostrando-se aos mercadores e navegantes que subiam e desciam o Tejo.

⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 86.

⁴⁵ *Mateus*, 5: 14.

O centro das cidades assim localizadas é na maioria das vezes tortuoso. Assim acontece com a capital, com um dédalo de ruas e ruelas que se deve sobretudo à sobreposição de várias cidades no sítio de Lisboa.

Aparentemente desordenada, a cidade medieval encontravase ordenada. A cidade advinha em primeiro lugar, da *civitas* romana, “encaixada” na cidade medieval. A nova cidade medieva faziase, principalmente, a partir de implantação anterior.

Herdeira de uma história longa, a cidade não manteve, no entanto, um *centro* firmado. Policêntrica, haveria igualmente de mudar as funcionalidades dentro de cada espaço ao longo dos tempos. Esses diversos centros constituiriam, ao longo da Idade Média, os diferentes “pontos de referência” da cidade, como lhe chamou Arlette HigonetNadal, dado servirem de referência nos documentos, tal como na vida quotidiana dos cidadãos de Lisboa na Idade Média.

Lugares e edifícios, pontos de referência no interior da cidade, o que explica a extensão dos seus nomes às vias, que o adoptam, como *rua da Madalena* ou *rua de São Nicolau*, por referência às respectivas igrejas. Pelo seu carácter excepcional, do ponto de vista material, formal, funcional, simbólico, são centros do poder religioso, económico e político.

A cidade de Lisboa, unificada dentro de uma muralha que a envolvia, era, assim, policêntrica. A Alcáçova, que ocupava a cidadela romana. E o burgo, a cidade baixa e comercial. Em meados do século XII, três subúrbios alargavam o perímetro da cidade para fora das muralhas primitivas.

A planta romana não parece ter marcado o traçado medieval da cidade, o que se deverá muito provavelmente às condicionantes pré-existentes da (re)fundação romana de Lisboa, com as condicionantes da adaptação ao terreno, prevalecendo a regularidade em torno da praça central, em figura de losango ou quadrilátero imperfeito.

Três poderes manifestamse nas praças representando as três funções indoeuropeias de Georges Dumézil. Em primeiro lugar, está a função religiosa. O peso monumental e topográfico da Igreja impõe-se na cidade: a ocupação do solo pelas igrejas, capelas, mosteiros e conventos. Centros litúrgicos de grande atracção e devoção, espaços de peregrinação e cerimónia, relicários, pontos de partida e de chegada das procissões, a vida urbana gravita em torno deles.

Em segundo lugar, a função económica, uma das características mais importantes da cidade medieval. Não são os edifícios que marcam a topografia, mas sobretudo as praças e mercados, as ruas dos artesãos e mercadores, moinhos urbanos ou suburbanos, e o porto.

Em terceiro lugar, a função política. Em Lisboa rapidamente, e sobretudo a partir de D. Afonso III, a figura do rei impõe-se. O rei é o senhor da cidade de Lisboa. Na alcáçova impõe-se o Paço régio, dominando a cidade.

São notórias, portanto, as características da cidade medieval em Lisboa. O castelo senhorial, as igrejas e o mercado. Estes dois últimos elementos surgindo, por vezes, associados. Até meados do século XIII, estão intimamente ligados na cidade de Lisboa, encontrandose a zona comercial e activa próximo da Sé. Depois a função comercial tende a procurar a *baixa* e o porto, tendência que se afirma a partir do primeiro quartel do século XIV, quando Lisboa se começa a abrir aos mercadores estrangeiros, afirmandose enquanto entreposto comercial entre o Mediterrâneo e o Atlântico.

Estabelecimentos especializados em peixe, gado, grãos, tecidos, entre outros produtos. Os mercados do trigo e dos tecidos, os açougues, os tornos e as arcadas de diferentes ofícios. E não poderemos deixar de fazer uma menção especial aos moinhos, as primeiras “fábricas” da economia ocidental⁴⁶.

Balanças públicas, pesos e medidas, e moedas, manifestam ao lado dos mercados, o controle do artesanato e do comércio pela cidade. Os diferentes usos comunitários da água são evocados pelos poços, fontes, chafarizes e banhos. Os fornos de cal, fornos e lagares. À rede de água está ligada a construção de moinhos, que conferem às cidades um aspecto “industrial”.

A justiça mostrase com os tribunais, a prisão (localizada no castelo), os pelourinhos e o patíbulo, quase sempre fora da cidade. Um bordel acaba por estar presente: a *putaria*.

Os cemitérios intraurbanos indicam que os mortos adquirem direito de *cité* com o cristianismo, constituindo lugares de reunião.

Os Paços municipais surgem tardiamente, em 1336, ou um pouco antes, a exemplo de outras cidades europeias. Mulhouse em 1293, Turckheim em 1315, Estrasburgo em 1321, Ribeauvillé em 1342. Em Lisboa, tal como aconteceu em Bordeaux, onde a *jurade* (câmara municipal) se reunia numa igreja, a câmara municipal reuniase nos claustros da sé ou ao ar livre *ante a sua porta*. E depois da Sé, manteve a mesma situação “dividindo” o edifício com a igreja de Santo António.

As cidades conservam muitas vezes intramuros espaços não construídos, terrenos cultivados, «campos» e jardins conferindolhe uma carácter campestre. Estes espaços são, porém, reduzidos em Lisboa. Mas a cidade é limitada a Sul pelo rio Tejo, “franja” transformada em praia, onde ainda existiam alguns terrenos sem qualquer construção.

Na cidade de Lisboa tínhamos igualmente bairros que não coincidiam nem com um elemento constitutivo da cidade, nem com uma paróquia. Refiramse sobretudo a mouraria e as judiarias. Estes bairros organizavamse em torno de uma rua, ou resumiamse a ela, dandolhe o nome.

Qual o itinerário deste estudo? Propomos um percurso de *Olisipo* à Lisboa cristã, passando por *Lušbūna*, a busca das origens do nome e da ocupação do sítio de Lisboa, assim como as razões do seu traçado urbanístico. Interessamnos igualmente as gentes, cristãos, muçulmanos e judeus, portugueses e estrangeiros, leigos e religiosos, nobres, clérigos e mercadores, homens e mulheres. Um colorido de raças, cores, línguas e religiões. Unidos pelas solidariedades verticais e horizontais, na paz e na guerra, no ócio e no negócio.

Interessamnos igualmente as estruturas, a administração política e militar, económica e religiosa, qualquer uma determinante na estruturação e organização do espaço urbano.

Entremos em Lisboa e subamos ao sobranceiro castelo! A ele fazemlhe companhia o céu e o Tejo. No início «há um silêncio de província que nos afasta do tempo»⁴⁷. E há um silêncio de um passado agora presentificado.

E há, por fim, uma Lisboa à espera de nós. Entremos.

⁴⁶ Jacques Le GOFF, *O apogeu da cidade medieval*, São Paulo, Martins Fontes, 1992, p. 37.

⁴⁷ José Cardoso Pires, *Lisboa. Livro de Bordo. Vozes, olhares, memorações*, 2.^a edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997.